

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.085 - PR (2018/0312969-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ROBSON LUIZ GLASS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. FURTO NOTURNO COM ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO (ART. 155, §§ 1.º E 4.º, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL). DOSIMETRIA. PLEITO DE COMPENSAÇÃO INTEGRAL ENTRE REINCIDÊNCIA E CONFISSÃO. MULTIRRENCIDÊNCIA EM DELITOS PATRIMONIAIS. ADMISSÃO DE COMPENSAÇÃO PARCIAL. RECURSO DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ROBSON LUIZ GLASS, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Apelação n.º 1.658.167-0).

Consta dos autos que o Recorrente foi sentenciado à pena de 4 (quatro) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 146 (cento e quarenta e seis) dias-multa, pela prática de furto noturno com rompimento de obstáculo, como incurso no art. 155, §§ 1.º e 4.º, inciso I, do Código Penal (fl. 368).

O Tribunal estadual, por sua vez, conheceu parcialmente e, nessa extensão, negou provimento ao apelo defensivo, todavia, reduziu a pena reclusiva para 4 (quatro) anos e fixou regime inicial semiaberto, de ofício (fl. 498). Isso porque, a despeito de considerar a preponderância da reincidência sobre a confissão espontânea, julgou excessivo o aumento operado pelo Juízo sentenciante (fl. 514).

No recurso especial, a Defesa aponta negativa de vigência ao art. 67 do Código Penal, sob o argumento basilar de que a compensação entre a confissão espontânea e a reincidência deve ser integral (fl. 530).

Contrarrazões apresentadas (fls. 540-542).

O recurso especial foi admitido (fls. 544-548).

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso excepcional, em parecer que recebeu a seguinte ementa (fl. 560):

"PENAL. FURTO QUALIFICADO. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. COMPENSAÇÃO COM CONFISSÃO ESPONTÂNEA.

Superior Tribunal de Justiça

POSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO."

É o relatório.

Decido.

Na hipótese em apreço, o Juiz sentenciante considerou preponderante a agravante da reincidência, mediante os seguintes fundamentos (fls. 369-370; sem grifos no original):

"No caso, não há que se falar em compensação entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência.

*Como se sabe a jurisprudência pátria não é pacífica ao tratar do tema, não havendo orientação sedimentada em decisão de caráter vinculativo aos demais esferas do Poder Judiciário. Bem se sabe que existem decisões de toda sorte, mas ainda prevalece na jurisprudência preponderar a reincidência sobre a atenuante da confissão espontânea, quando mais, como no caso dos autos o réu é **multirreincidente em delitos contra o patrimônio**.*

O fato de o acusado, diante de todo o acervo probatório que existe contra ele, confessar a prática do delito, pouco contribuiu para a elucidação dos fatos, que diga-se de passagem, já se encontrava elucidado, uma vez que abordado na posse de bens subtraídos. A confissão deve ser valorada de forma positiva e preponderante quando, de fato, servir a esclarecer os fatos, contribuindo para a apuração da verdade real e não aplicada de maneira indiscriminada. Por certo a análise deve ser feita no caso concreto.

Pelo contrário, há que se considerar em maior grau o fato de ser ele reincidente. Ao reiterar a prática criminosa, o acusado, além de mostrar descrédito com o poder judiciário e as leis penais, violar o sistema e causar insegurança social, demonstra ter pautado sua vida na prática de ilícitos. Agrava sua situação a multirreincidência, demonstrando não ser este ou aquele, atos isolados.

Não há como se apenar da mesma forma o agente que comete um crime em reincidência e aquele que faz dos delitos seu meio de vida. Aí sim residiria a injustiça e o princípio da igualdade, por mais que respeitado em sua vertente formal, não seria observado materialmente."

No ponto, embora tenha reduzido o patamar de agravamento da pena, o Tribunal manteve a preponderância da reincidência nos seguintes termos (fls. 512-513):

"No que diz respeito à dosimetria da pena, ainda, requer a defesa a compensação entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea. Mais uma vez, sem razão.

*Da análise da sentença condenatória, bem é de ver que o Magistrado singular, de forma idônea, fundamentou a não compensação, mencionando que **o réu possui diversas condenações já transitadas em julgado**, mas embasando o não acolhimento do pedido defensivo tendo*

Superior Tribunal de Justiça

em vista que a reincidência é específica, enquanto que a confissão foi parcial e não contribuiu, de forma significativa, para a elucidação dos fatos, diante das demais provas angariadas (o que afasta a alegação da defesa de que teria incorrido o Juiz a quo em bis in idem)."

Pois bem, a atenuante da confissão espontânea deve ser reconhecida, ainda que tenha sido parcial ou qualificada, seja ela judicial ou extrajudicial, e mesmo que o réu venha a dela se retratar.

O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n.º 1.341.370/MT, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, sob o rito dos recursos repetitivos, firmou-se no sentido de que "*[é] possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência*" (DJe 17/04/2013).

Não obstante, destaco que, embora a confissão sirva para atenuar a pena, faz-se necessário que o julgador a utilize para formar seu convencimento, consoante Verbete Sumular n.º 545 desta Corte, *litteris*: "*[q]uando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal*"

Ainda, de fato, convém registrar que a Terceira Seção do STJ:

"[...] no julgamento do HC n. 365.963/SP, firmou a tese de que a reincidência, seja ela específica ou não, pode ser compensada integralmente com a atenuante da confissão, desde que esta tenha sido utilizada na formação do convencimento do julgador, como no caso (Súmula 545/STJ), demonstrando, assim, que não foi ofertado maior desvalor à conduta do agente que ostenta outra condenação pelo mesmo crime" (AgRg no HC 356.065/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 01/10/2018; sem grifos no original).

Contudo, o caso em apreço é distinto, pois o Recorrente é **multirreincidente** em delitos contra o patrimônio, hipótese em que a compensação parcial é admitida, tendo em vista os princípios da individualização da pena e da proporcionalidade.

Ilustrativamente:

"RECURSO ESPECIAL. FURTO. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. VALORAÇÃO NEGATIVA AFASTADA. AUSÊNCIA DE REPROVABILIDADE ESPECIAL NA CONDUTA. MULTIRREINCIDÊNCIA. CONFISSÃO. COMPENSAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

PARCIAL. REDUÇÃO DE 1/5. TENTATIVA. PROXIMIDADE DA CONSUMAÇÃO DO DELITO. REDUÇÃO DE 1/3. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SÚMULA 7/STJ. PENA DE MULTA. CRITÉRIO TRIFÁSICO. PRESCRIÇÃO SUPERVENIENTE. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO RECORRENTE. [...]

4. Tratando-se de réu **multirreincidente**, cabível a compensação parcial da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência.

[...]

9. Recurso especial provido em parte para afastar a circunstância judicial da culpabilidade e fixar a pena do crime de furto em 9 meses e 18 dias de reclusão, em regime semiaberto, e 8 dias-multa e, em consequência, declarar, de ofício, a extinção da punibilidade do recorrente, com fundamento nos arts. 109, VI, do CP. (REsp 1.777.169/AL, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe de 23/05/2019; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. DOSIMETRIA DA PENA. ATENUANTE DA CONFISSÃO. AGRAVANTE DA MULTIRREINCIDÊNCIA. COMPENSAÇÃO PARCIAL.

[...]

2. Tratando-se de réu **multirreincidente**, cabível a compensação parcial da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência (AgRg no AREsp n. 713.657/DF, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 23/4/2018).

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 464.632/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe de 12/12/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora